

# Parte 1

## Recorte histórico: do Imperial Instituto dos Meninos Cegos ao Instituto Benjamin Constant

Paulo Felicíssimo Ferreira

### TRECHOS DO LIVRO "HISTÓRIA CRONOLÓGICA DO IMPERIAL INSTITUTO DOS MENINOS CEGOS", POR CLAUDIO LUIZ DA COSTA

A história cronológica do Instituto, aqui parcialmente narrada pelo Dr. Claudio Luiz da Costa, seu segundo diretor efetivo, retrocede aos idos de 1835, com a primeira e infrutífera tentativa filantrópica de se iniciar no país a educação de cegos e surdos-mudos, levada à Câmara e lá preterida por questões então julgadas de maior transcendência. Passa por Xavier Sigaud e Álvares de Azevedo, deixando patente que, malgrado o necessário apoio e a indispensável autorização do Imperador, o surgimento da educação dos deficientes visuais no Brasil fundamenta-se numa busca por eles próprios empreendida. Por fim, chega à sessão inaugural e, após descrevê-la, prossegue com aspectos e fatos posteriores relativos à instituição.



Dr. José Francisco Xavier Sigaud, o Dr. Claudio Luiz da Costa, o primeiro diretor. Acervo do Museu segundo. Acervo do Museu do IBC. Foto: Reginaldo Menezesdo IBC. Foto: Reginaldo Menezes Costa

História cronológica do Imperial Instituto dos Meninos Cegos fundado por Sua Majestade Imperial, o Sr. D. Pedro II desde a criação do estabelecimento em 1854 até o fim do ano de 1862 pelo Diretor do mesmo Instituto – Dr. Claudio Luiz da Costa

**(Instituto Histórico Geográfico Brasileiro  
Cópia a partir de original manuscrito, abril de 2004)**

(...) Em 1835, porém, brasileiros filantrópicos interessados em beneficiar o país com instituições que atestassem os nossos progressos em civilização, colhendo informações sobre os estabelecimentos para a educação e o ensino dos cegos e surdos-mudos, desejavam que fossem também criados no Brasil. Dentre estes distintos cidadãos, o primeiro que manifestou este desejo foi o conselheiro Cornélio Ferreira França, deputado nesse ano à Assembléa Geral Legislativa. Na sessão de 29 de agosto, propôs ele que houvesse em cada província um professor de primeiras letras para surdos-mudos e para cegos, e na capital do Império outro com determinado ordenado.

O ato Adicional, leis sobre eleições, sobre a Guarda Nacional, muitas outras administrativas e regulamentares de transcendência e urgentes, eram decretadas ou se discutiam, absorvendo toda a atenção dos poderes do Estado; pelo que a proposta do benemérito conselheiro França nem foi discutida nem surgiu mais, submergia sob o peso e a importância desses outros trabalhos.

Era preciso um concurso de circunstâncias fortuitas, congêneres com a influência poderosa e benfazeja de uma vontade altamente colocada, para que a idéia incubada naquele projeto pudesse germinar.

Vinha chegando o tempo e as ocorrências favoráveis se colocavam casualmente no ponto preciso em que melhor podiam cooperar para a fundação do ensino dos cegos.

Em 1839, o Desembargador Maximiliano Antonio de Lemos estava já ao fato da existência na Europa de várias escolas para a instrução dos cegos, especialmente a de Paris, cujas notícias provocavam a sua curiosidade e atenção. Aconteceu que, tendo relações com a família do Desembargador José Ignacio Vaz Vieira, vira freqüentes vezes na casa deste um menino cego com quatro anos de idade de nome José Álvares de Azevedo, filho de Manoel Álvares de Azevedo (cunhado de Vaz Vieira), cujo menino mostrava tanta vivacidade e discernimento em tão tenra idade que ele lastimou a falta de meios no nosso país para se lhe poder dar a precisa instrução.

Aconteceu mais, que nesse mesmo ano obteve o Desembargador Maximiliano ser despachado para adido da nossa delegação em França, e para lá seguiu logo, ???<sup>(1)</sup> a lembrança do interessante menino.

Chegando a Paris, por intermédio do nosso encarregado de negócios José D'Araújo Ribeiro, obteve do ministro da instrução pública Mr. de Wilmaizi autorização para visitar o Instituto dos Cegos e colher sobre a instituição ??? as informações de que precisasse. Tendo-as alcançado, escreveu para o Brasil, remetendo-as ao Desembargador Vaz Vieira para que as mostrasse ao pai do menino e o induzisse a enviá-lo para a escola de Paris logo que chegasse a idade conveniente.

Em 1842, estando a voltar para o Brasil, deixou no Instituto dos Cegos recomendações sobre o menino para quando ele lá chegasse e até preveniu sobre a recepção e o tratamento da criança ao negociante brasileiro José Luiz Correia, estabelecido em Paris.

Chegando de volta a esta corte, encontrou grandes obstáculos à ida do menino, já então com sete anos e carecido de principiari sua instrução, na irresolução e na compaixão dos pais que olham como desamor e abandono o apartar-se do filho.

Os pais dos meninos cegos, ainda mesmo sendo pobres, por essa entendida compaixão, quase sempre recusam ou repugnam consentir que deles se separem por tempo com que ninguém se prestará a tratá-los com todo o zelo e caridade de que as crianças cegas necessitam.

O Desembargador Maximiliano porém, não esfriou em seu louvável empenho. Conseguiu, que o Desembargador Vaz Vieira e sua esposa tomassem a peito este particular, e chegassem a convencer os pais do ceguinho a mandá-lo para Paris, o que só depois de dois anos de insistência obtiveram.

Partiu daqui o menino Azevedo com pouco mais de nove anos de idade no dia 1º de agosto de 1844.

Em seis anos de estada no Instituto de Paris, alcançou uma excelente educação e um fundo de instrução admirável, em alguns dos ramos de estudos por ???.

Aqui aportou de volta a 14 de dezembro de 1850, convertido em um jovem formoso, de trato ameno e delicado, dando provas de seus conhecimentos, especialmente em geografia e história, e trazendo uma coleção de livros impressos e manuscritos em pontos salientes, cartas geográficas, pranchas e grades para escrita e operações de aritmética, objetos até então ainda aqui não vistos.

Logo depois da sua chegada, encarregou-se de ensinar a ler e escrever em pontos salientes a Adèle Maria Luisa Sigaud, filha do Dr. José Francisco Xavier Sigaud, a qual acabava de perder completamente a vista.

Escreveu vários e curiosos artigos sobre o Instituto dos Cegos de Paris que foram publicados nos jornais daquele tempo, e foi ??? professorado de história no colégio do Barão Totephouse. Aí desempenhava esse magistério com notável aproveitamento dos alunos videntes.

Ainda tão jovem, sabia manter-se no caráter sisudo e grave de mestre, infundindo respeito aos seus discípulos, e conservando com espantosa sagacidade a disciplina escolar: os discípulos não o podiam enganar: conhecia quando estavam desatentos e os surpreendia nessa falta.

Havia traduzido ultimamente e mandado imprimir aqui, a história do Instituto dos Cegos de Paris por Guadet.

Pouco tempo depois que voltara da Europa, teve a honra de ser apresentado a S. M. o Imperador pelo Barão do Rio Bonito. Leu, escreveu, explicou o alfabeto em pontos e mostrou qual o sistema especial para instrução dos cegos. O monarca, observando quanto era fácil e engenhoso esse sistema, antevendo imediatamente toda a extensão dos benefícios que podiam auferir os cegos com a instrução que se lhes desse, pronunciou esse dito memorando, que foi logo sabido e divulgado e que agora o consignamos nesta história.

"A cegueira já não é uma desgraça" disse o Sr. D. Pedro II, na expansão da sua caridade e na satisfação de contemplar os meios de remediar-se a fatal perda do sentido da vista.

Entrou logo nas pias intenções do soberano a fundação nesta corte de uma instituição, para nela se educarem e se instruírem os meninos cegos do Brasil.

Pode-se pois observar qual a série de circunstâncias que conduziriam às antecedências da existência do nosso Instituto até este ponto, no qual deparava o pensamento da sua utilidade com o apoio superior pressagiando a próxima fundação do estabelecimento.

Outra notável circunstância veio fazer convergir sua influência para o mesmo fim.

O Dr. José Francisco Xavier Sigaud, natural de Marselha, médico distinto por seus variados conhecimentos, vindo estabelecer-se no Brasil, naturalizando-se a adotou por pátria.

Foi um dos fundadores da Imperial Academia de Medicina, desta corte a que presidiu e que ilustrou pela publicação de vários opúsculos e observações sobre matérias médicas. Suas estimáveis qualidades individuais, e seus conhecimentos profissionais lhe mereceram a escolha e a nomeação de médico da Imperial Câmara.

O afeto que como extremoso pai consagrava à sua filha cega, o infortúnio em que por isso a considerava e o desejo que tinha para atenuá-lo, de habilitá-la a poder continuar a ler e escrever, e os seus estudos em música nos quais antes de cegar primava, o induziram naturalmente a procurar o jovem Azevedo para ensinar-lhe a praticar o sistema de Braille, como já referimos.

Suas relações amigáveis com o prestimoso jovem cego, aumentaram as simpatias que consagrava à classe dos infelizes privados da vista.

Enfronhado nos pormenores a que era necessário atender-se logo, para fundar-se a instituição dos meninos pertencentes no Brasil a esta classe, conhecendo qual deveria ser o método de ensino que convinha adotar-se, os livros e aparelhos a ele indispensáveis, seu custo, tendo freqüente entrada no paço imperial para exercer o seu emprego, havendo-se mostrado digno da estima do Imperador, vendo-o de ânimo deliberado de efetuar a caridosa fundação, forneceu-lhe as necessárias informações e, por consentimento de S. M. I., associa-se com Azevedo e requerem ao Ministério do Império, em janeiro de 1853, a fundação do Instituto dos Cegos, oferecendo um orçamento das despesas necessárias calculadas em quinze contos de réis anuais.

Uma outra ocorrência favorável e de grande importância se apresentou. Achava-se então com a pasta daquele Ministério o Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz.

No ??? deste distinto varão em dotar o seu país com vantajosas e novas instituições, nenhum ministro de estado ???.

Assim, nenhum Ministro de Estado disposto do que ele encontraria Sr. D. Pedro II, para ajudar a fazer marchar o Império na carreira dos progressos, e ??? : a ilustração e a atividade do ministro veio secundar as caridosas e sábias vistas do Monarca em benefício dos cegos.

O Governo de per si nada podia fazer neste ??? sem concurso do Poder Legislativo; foi por tal motivo que, abertas as Câmaras em maio deste ano de 1853, Sigaud e Azevedo lhes apresentaram outro igual requerimento, acompanhado do mesmo orçamento. Nas Câmaras, infiltrou-se a idéia da utilidade da instituição. Nenhuma dúvida já havia de que deixasse de ser tomada em consideração a matéria do requerimento e decretada a fundação do Instituto, consignando-lhe a subvenção pedida.

Houve porém outros trabalhos que tomaram a dianteira deste e fechou-se a sessão sem ficar decidido.

Mas o benemérito Ministro não perdeu tempo: mandou vir de Paris alfabetos em pontos salientes, livros lá impressos em língua portuguesa, do mesmo modo, e todo o mais material apropriado para dar-se princípio à instrução privativa dos cegos, conforme as notas apresentadas por Sigaud e Azevedo.

Tudo se preparava com muitos trabalhos e diligências.

## **Ano de 1854**

Por aviso da Secretaria do Império de 10 de março deste ano, foi o Dr. Sigaud incumbido das funções de médico do Instituto que se ia estabelecer e provisoriamente encarregado de sua direção e inspeção, declarando-se-lhe havendo o mesmo Ministério requisitado ao da Fazenda para que se lhe entregasse a quantia necessária às primeiras despesas com o novo estabelecimento e outrossim haver solicitado do Ministério da Justiça a remessa de dois africanos livres para serventes do mesmo estabelecimento.

Escolheu-se e alugou-se o prédio chamado chácara das Latadas, que pertenceu ao Barão do Rio Bonito, na rua do Lazareto da Gamboa nº 3, em lugar salubre e próximo do centro da cidade: ao mesmo tempo em que se tratava destes arranjos e da compra de utensílios, promovia-se a entrada de meninos cegos de ambos os sexos para núcleo dos colegiais.

José Álvares de Azevedo, que tantos trabalhos empregava em todos esses arranjos, a quem competia no professorado do Instituto um dos primeiros lugares, faleceu no dia 17 de março deste mesmo ano, vítima de um abcesso profundo na fossa ilíaca.

Esta grande e desastrada perda para a nova instituição, se sobreviesse quando apenas estava ela em projeto, provavelmente ficaria adiado até que chegasse de Paris pessoa habilitada para encaminhar tais trabalhos. Porém no pé em que já se achavam, foi possível ao ânimo, à energia e à dedicação do Dr. Sigaud fazê-los marchar sem desvios nem interrupções.

No dia 30 desse mês de março, oficiou o Dr. Sigaud ao Ministro do Império, propondo para professor de primeiras letras ao Dr. em medicina Pedro José d'Almeida, que se havia com antecedência habilitado para o ensino dos cegos pelo método dos pontos salientes; para professor de música vocal e instrumental ao cego Joaquim José Lodi, que já exercia nesta corte este magistério para com os videntes e que de fato conhecia perfeitamente a música por haver aprendido, antes da descoberta de Braille, em figuras ordinárias postas em relevo; a João Gomes Moreira para professor de belas letras e gramática, e a José Gomes de Araújo Leitão para "pedagogo". Presumimos que o Dr. Sigaud entendia chamarem-se "pedagogos" os empregados, que nos colégios existem com o nome de "inspetores de turmas".

Também neste ofício participava haver contratado vários empregados assalariados, como fossem um porteiro, uma mulher idosa para cuidar das alunas e ensiná-las a rezar, dois meninos videntes, pobres, de 9 a 10 anos de idade para guias dos cegos, 1 cozinheiro, 1 chafarizeiro que servisse também de comprador, uma mulher para lavadeira e mais 1 servente, além dos dois africanos.

Estes contratos, grangeados com mui pequenos salários, foram aprovados, bem como a proposta dos dois professores, de primeiras letras e o de música.

O Ministro rejeitou a proposta de professor de belas letras e para pedagogo, porque entendeu, e muito bem, que no começo da instituição eram desnecessários esses dois empregados.

No dia 1º de abril ??? vieram para o prédio alugado os dois africanos remetidos pelo Governo e os empregados assalariados contratados.

Achando-se já prontas as necessárias divisões para o internato dos dois sexos, e colocados os utensílios convenientes nas diversas ???, veio nesse mesmo dia o Dr. Sigaud com sua família ocupá-la.

A 24 desse mesmo mês entrou para o estabelecimento o primeiro menino cego, Candido José Correia da Silva, natural desta província, com 14 anos de idade.

No dia seguinte entraram a primeira menina cega, Anna Rodrigues de Faria, natural desta corte, na idade de 7 anos; e o segundo menino cego, Luiz Antonio Gondim Leitão, também natural desta corte com 10 anos de idade.

Neste dia, Joaquim José Lodi, e no seguinte 26, o Dr. Pedro José d'Almeida vieram com nomeações interinas exercer seus respectivos magistérios, começando a perceber seus vencimentos do 1º de maio em diante.

Era naquele tempo, como é ainda atualmente, nosso representante em França Conselheiro José Marques Lisboa, e foi encarregado pelo Ministério do Império de mandar com urgência imprimir na oficina tipográfica do Instituto de Paris em pontos salientes o Expositor Português, de Luiz Francisco Midosi, a Gramática de Antonio Alves Pereira Coruja, a tradução portuguesa do Catecismo de ???, os Princípios Elementares de Música por Coltat e Remy ???, o Método de Música dos mesmos autores, traduzidos em português, alfabetos, pranchas para escrita em pontos e as pranchas com tipos de algarismos portáteis, para a aritmética.

O nosso representante Marques Lisboa solicitou com empenho e obteve do governo francês toda a cooperação e bons ofícios, ordens e recomendações a Mr. Dufaux, então diretor da instituição dos cegos de Paris, para mandar prontificar as encomendas destinadas à instituição brasileira.

A breve remessa de parte dos materiais precisos ao começo da instrução, como pranchas, tipos em algarismos e alfabetos impressos, nenhuma dificuldade encontrou, por serem objetos que se achavam já prontos.

Não podia acontecer o mesmo a respeito dos livros e músicas impressos em português pelo sistema de Braille.

(...) Sob tão felizes auspícios, no dia 17 do mesmo mês de setembro, às 5h da tarde, no edifício onde ainda existe o estabelecimento e nas augustas presenças de SS. MM. II., presentes os ministros e secretários de Estado e presente numeroso concurso de pessoas distintas da corte e diversas corporações nobres desta capital, foi solenemente instalado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, com três professores e 10 alunos, sendo duas alunas do sexo feminino.

Esta solenidade, presidida pelo Ministro e Secretário dos Negócios do Império, Luiz Pereira do Couto Ferraz, foi aberta por uma pequena e eloqüente alocução improvisada pelo mesmo Ministro, na qual, em nome da humanidade, agradeceu a S. M. I. o Sr. D. Pedro II o haver dotado o Brasil com a fundação deste Instituto, cuja instalação proclamou.

Seguiu-se a leitura do discurso inaugural, feito pelo Dr. José Francisco Xavier Sigaud, diretor do Instituto, terminando o ato solene com o cântico dos meninos, acompanhado pelo harmonium, do piano (Domine salve fac imperatorem Petrum Secundum). Desde então, cantam eles impreterivelmente antes do salmo em todas as missas, que se dizem na capela do Instituto, ??? a Deus, ações de graça para o soberano que os salvou da miséria e da ignorância.

(...) Em abril, começaram a desenvolver-se os primeiros sintomas da hidropisia do peito no Dr. Sigaud. Os maiores desvelos da sua família e o assíduo tratamento de seus amigos e colegas, médicos de merecido conceito, não puderam obstar os progressos da fatal moléstia. Em 6 meses de acerbos padecimentos se lhe aproximou a morte, e até o último instante de vida esteve no gozo de sua razão. No dia 10 de outubro, com 61 anos de idade, depois de ter-se preparado como bom cristão, pelas 10h da noite deu sua alma a Deus. Foi lastimada a sua perda, e carpido como devia ser o bom esposo, o excelente pai, o dedicado amigo, o caridoso e ilustrado médico, e o cidadão honrado.

Logo no dia seguinte, veio substituí-lo interinamente a sua falta o Dr. Cônego Fernandes Pinheiro, vice-diretor.

Fomos escolhidos para preencher a vaga do diretor efetivo, sendo nomeado para este emprego por Decreto de 15.

No dia 16, se sufragou a alma do primeiro diretor pela missa do sétimo dia, mandada dizer pelo Governo na capela do Instituto, a que assistiram o Ministro do Império, o Comissário do Governo e muitos amigos do finado. E toda a sua família, depois dos sufrágios, retirou-se do estabelecimento onde residia.

Tomamos conta do emprego depois de prestarmos o juramento do estilo, no dia 25, tendo-nos sido dada a competente posse pelo Comissário do Governo, do que se lavrou termo no livro primeiro de registros do Instituto.

Desde esse dia, viemos residir com a nossa família no estabelecimento.

Havia 18 alunos; mas achamos 17 por estar 1 com licença em casa de seu pai, e no número dos 17 estava 1 empregado como repetidor.

Dos 17, 4 do sexo feminino, 13 do outro.

Temos os seguintes empregados, residentes fora do instituto: vice-diretor, capelão e professor de religião, 1; professor de primeiras letras dos alunos, 1; professor de música dos ditos, 1; professora interina de primeiras letras e de música das alunas, 1; porteiro, 1; total, 5.

Tinham residência no Instituto: o diretor, que, desde que tomou posse, começou a servir de médico e de tesoureiro como o seu antecessor, 1; inspetor de alunos, 1; repetidor de primeiras letras já contemplado no número dos discípulos; feitor da chácara, servindo de comprador, 1; roupeira, servindo de inspetora de alunas, 1; cozinheira, servindo de despenseira, 1; serventes africanos livres, 2; ditos alugados, 2; total, 9.

Empregados sem residência no instituto: 5. Ditados residindo nele ??? 25; total de pessoal existente, 30.

## **NOTA:**

*(1) Os pontos de interrogação (???) que aparecem no texto de agora em diante sinalizam os trechos onde não foi possível decifrar as palavras escritas no manuscrito original.*

Essa marcação também ocorre nos textos seguintes.